

Processo : TC-002754.989.20-0

Entidade : Prefeitura Municipal de Bofete

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período
examinado** : 2º quadrimestre de 2020

Prefeito : Sr. Osvaldo Ângelo Alves

CPF nº : 075.119.408-54

Período : 1/5/2020 a 31/8/2020

Relatoria : Conselheiro Renato Martins Costa

Instrução : UR-9 – Sorocaba / DSF-II

Senhor Diretor Técnico de Divisão da Unidade Regional de Sorocaba - UR-9,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Osvaldo Ângelo Alves, responsável pelas contas em exame (documento anexo).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019
IEG-M	B	B	C+
i-Planejamento	C	B	C
i-Fiscal	B+	B+	B+
i-Educ	B	B	B
i-Saúde	B	C	C+
i-Amb	B+	B+	C+
i-Cidade	C	C	C+
i-Gov-TI	B	C	C

Obs.: Índices após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 16.7 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014882.989.20-5, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O sistema de controle interno está regulamentado e produz relatórios periódicos, atendendo suas funções institucionais.

Ademais, verificamos que o Controle Interno está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19.

A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas durante o quadrimestre, há obras paralisadas no município, conforme segue:

OBRAS PARALISADAS					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
003467.989.15-8	1.024.054,41	143.541,56	IZILDA DOMINGUES DE REZENDE	30/12/2016 ¹	Construção de ginásio poliesportivo
006045.989.20-9	476.600,56	339.718,98	PLAW CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	19/9/2017 ²	Construção de centro olímpico

Disponível em:

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em: 13 nov. 2020.

¹ TC-004370.989.15-4 - Evento 91.6.

² TC-007819.989.20-3 - Evento 16.16.

Constatamos inobservância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois, muito embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 da comuna em apreço (Lei Municipal nº 2238/2019, de 17 de dezembro de 2019, artigo 22) determine que os projetos em fase de execução terão prioridade sobre aqueles novos (Evento 16.5), as obras retrocitadas permanecem inconclusas.

Conforme calendário de obrigações do Sistema Audeps, a Prefeitura Municipal não vem atualizando³ a este Tribunal as informações sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 26.568.116,09
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 26.587.293,20
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.276.000,00
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 1.295.177,11 -4,87%

Dados extraídos do Sistema Audeps: Relatório de Instrução juntado neste evento.

Nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município foi alertado, por quatro vezes, sobre desajustes em sua execução orçamentária (documento anexo).

³ Última atualização datada de 27/6/2019 (documento anexo).

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um *superávit* de R\$ 2.644.412,32, correspondente a 9,95%.

Face à perspectiva de *déficit* orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o município decretou estado de emergência, sem, contudo, remessa da documentação necessária à Assembleia Legislativa para reconhecimento de calamidade pública, não preenchendo, portanto, a condição do artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.1.4. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.4.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.4.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

B.1.4.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.4.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

A partir de 7 de abril, as alterações remuneratórias se limitaram à inflação do período cumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

B.1.4.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de Agosto, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de agosto de 2020, não houve liquidação de gastos de publicidade institucional, observando o inciso VII, do § 3º, do art. 1º, da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020.

B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No quadrimestre em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	33,23%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	32,91%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	32,52%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	86,86%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	83,71%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	81,60%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	72,70%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	72,70%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	70,59%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por duas vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento.

Com base nos dados coletados junto à Origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo Município.

O Departamento Municipal de Educação, em virtude da Pandemia da Covid-19, alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos o fornecimento de atividades impressas aos alunos que não têm acesso à *internet* e a distribuição

de material didático aos estudantes do Ensino Fundamental, permitindo a continuidade dos estudos.

Ademais, houve distribuição de merenda escolar aos alunos da rede pública de ensino municipal, durante a suspensão total das aulas presenciais.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	39,57%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	34,20%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	32,61%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.3. OBRAS PARALISADAS: Inobservância ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; não atualização do Cadastro de Obras informado ao Sistema Audep;

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO: *Déficit* da execução (despesa empenhada), sem reconhecimento da condição de calamidade pública;

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO: Percentual de aplicação desfavorável.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.4 - Sorocaba, 19 de novembro de 2020

Giovanni Henrique Cordeiro Pedra
Auxiliar Técnico de Fiscalização

Ana Cristina Okumura
Chefe Técnico da Fiscalização